



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Gabinete da Procuradora-Geral da República

Nota para a Comunicação Social

Acervo de obras de Miró

O Ministério Público, em defesa do património cultural e dos bens do Estado, interpôs, esta quinta-feira, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, uma providência cautelar com vista a evitar que as obras de Miró, que vieram à posse e titularidade do Estado após a nacionalização das acções do Banco Português de Negócios, fossem colocadas no mercado externo sem que a administração do património cultural determine a abertura de um procedimento de inventariação e classificação das referidas obras de arte. Procedimento que se considera obrigatório.

O Ministério Público pediu o decretamento provisório dessa providência cautelar, com o objectivo de evitar a amplamente noticiada saída das obras do país até ao final do mês de abril. A medida provisória foi decretada pelo tribunal.

Na mesma data foi igualmente intentada a correspondente acção principal (acção administrativa comum de condenação).

Lisboa, 24 de abril de 2014

O Gabinete de Imprensa